



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS: VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

GLEUCIANE CARLOS DE MESQUITA

**IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

VALENÇA DO PIAUÍ - PI

2023

GLEUCIANE CARLOS DE MESQUITA

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do Piauí.

Orientadora: Dra. Evânia Carvalho dos Santos.

VALENÇA DO PIAUÍ - PI

2023

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gleuciane Carlos de Mesquita¹
Evânia Carvalho dos Santos²

RESUMO

A pesquisa retratara a importância da educação inclusiva na escola, sobre o qual, pode-se entender a contribuição, a valorização e a necessidade de capacitação dos profissionais pra atuar nesta área e mais precisamente quanto à inclusão, o que nos dias de hoje ainda falta muito, principalmente na escola pesquisada. O mesmo será desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, voltada para análise de livros, revistas e artigos publicados na internet, com uma referência literária embasada em vários autores que se reportaram sobre o tema, dentre eles: Oliveira (2002), Alves (2009), Jesus (2002), Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. O mesmo tem como objetivo Investigar o processo de desenvolvimento da educação inclusiva nos anos iniciais. Visto que para acontecer a inclusão, requer muito de uma política que ainda não atende a realidade de varias escolas.

Palavras - chaves: educação; inclusão; escola.

ABSTRACT

The research will portray the importance of inclusive education, about which, one can understand the contribution, appreciation and need for training of professionals to work in this area and more precisely regarding inclusion , which nowadays is still lacking, especially in the researched school. The same will be developed through field research carried out at the School located in the urban area of that city, which will be of paramount importance to better understand the reality in discourse. A bibliographic research was also developed, focused on the analysis of books, magazines and articles published on the internet, with a literary reference based on several authors who reported on the subject, among them: Oliveira (2002), Alves (2009), Jesus (2002), Law nº 13.146 of July 6, 2015. It aims to investigate the development process of inclusive education. Since for inclusion to happen, it requires a lot ofa policy that still does not meet the reality of several schools.

Keywords: education; inclusion; school.

Data de aprovação: 27 de novembro de 2023

¹ Gleuciane Carlos de Mesquita. Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Especial e Inclusiva do Instituto Federal do Piauí IFPI. E-mail.

² Doutora em Engenharia e Ciências dos Materiais, Departamento de Formação de Professores, Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI. E-mail: evania@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4992-0038>.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito dos alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores imanente, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Duk (2016), aponta que o conceito de inclusão é mais amplo que o de integração porque enfatiza o papel da escola comum na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos. A inclusão constitui um enfoque inovador para identificar e abordar as dificuldades educacionais que emergem durante o processo ensino-aprendizagem.

A escola inclusiva é aquela que está apta a educar cada criança respeitando suas diferenças, que possui a flexibilidade de adequar seus métodos de acordo com as dificuldades e possibilidades de cada aluno, e não uma escola em que o aluno se adequa ou é excluído. É uma escola que se preocupa com a permanência de seus alunos, que busca criar situações de aprendizagem significativa para todos.

Pois incluir não é somente matricular todos os alunos com necessidades especiais em escolas comuns, e ignorar suas peculiaridades, mas é ter suporte necessário à sua ação pedagógica é contar com professores capacitados, estrutura física adequada, apoio pedagógico só assim os alunos serão respeitados e valorizados dentro de sua diversidade.

Silva (2011), aponta que, a educação inclusiva abrange organização e aplicações de recursos, logo, requer o envolvimento dos órgãos governamentais como organização prévia do espaço escolar, com investimentos na infraestrutura e no espaço pedagógico para acolher esses alunos.

Entende-se que a educação especial e inclusiva no Brasil, de modo a reconhecer o significado de educação inclusiva e compreender os princípios da inclusão, considerando a necessidade de se analisar as metodologias aplicadas, perante os novos paradigmas e a legislação vigente. A diferença está no significado literal dos termos. Ou seja, na educação inclusiva, espera-se eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação no processo educativo. Já quando a educação é especial, o processo de ensino-aprendizagem é voltado exclusivamente para os alunos com deficiências, sem haver uma educação propriamente dita.

Trabalhar com educação inclusiva não é tão fácil quanto se imagina e diante dessa realidade é que essa pesquisa foi desenvolvida, buscando entender de forma mais proximal a realidade e a prática desenvolvida por cada um dos profissionais que passam a ser inseridos na escola, objetivando desta forma numa visão geral conhecer o trabalho dos profissionais direcionados a educação inclusiva e, de forma específica verificar o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais quando estas estão inseridas no aspecto da inclusão no campo em estudo, bem como analisar o rendimento escolar destas pessoas com base no trabalho realizado e, ainda estudar a importância do acompanhamento familiar durante o processo de formação destes na escola.

A presente pesquisa objetivou investigar o processo de desenvolvimento da educação inclusiva nos anos iniciais. E objetivos específicos: Identificar a política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva; Analisar a participação da comunidade escolar para a efetivação da educação inclusiva. O

mesmo foi desenvolvido através de pesquisa de campo e bibliográfica, uma pesquisa realizada para conhecer de forma mais epistêmica o assunto em discurso.

O tema abordado sobre o quadro de professores, pois, os mesmos não têm

formação específica para receber esse público. Sem falar na estrutura física da escola no caso da acessibilidade em determinados espaços físicos da escola. Com base nesta realidade chegou-se ao questionamento, considerado como o problema da pesquisa, na busca em saber: Quais os desafios para implementação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino público regular?

Entretanto, vale frisar sobre a educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva é de suma importância, visto que reconhecer o significado de inclusão e compreender seus princípios, contribui para percebermos o quanto é essencial investirmos em ações que, de fato, fomentem a efetivação de uma educação para todos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, ou seja, previstas a todos os brasileiros como dever do Estado e da família. A Constituição de 1988 estabelece a educação como um direito de todos, sem qualquer tipo de discriminação e institui em seu Art. 208, inciso III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Diante dessas situações surgiram a escola inclusiva é uma escola comum ou regular que acolhe todos os tipos de alunos, independente das diferenças. Nela, são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos (Ferreira, 2018, p. 4).

Mas, mesmo diante dessa realidade capacitar profissionais para atuar com essas pessoas não é o suficiente, é preciso o apoio de todos, um trabalho mais articulado, onde todos possam compreender e associar as ações e a partir de então, o trabalho passar a ser devolvido de forma mais prazerosa e que realmente possa suprir as necessidades dessas pessoas num processo de inclusão.

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação de treinar esses profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p. 45-46).

A capacitação profissional faz-se necessária para todos para todos que estão envolvidos no processo, não apenas o professor que atuará com essas pessoas, mas toda a equipe que em sua atuação profissional devem falar em uma única linguagem, pois isso se deve a todos, incluindo agentes de portarias, administrativos,

merendeiras e zeladoras. É de suma importância essa articulação. Não basta apenas que se conheça uma situação, mas a forma de lidar com ela é mais que necessária.

Para que a inclusão ocorra e favoreça todos os envolvidos nesse processo, faz-se necessário que o professor repense e reestruture “estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz-se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe” (Silva; Arruda, 2014, p. 6).

Lidar com essa realidade não é apenas demonstrar atos afetivos e cuidadosos, é saber reconhecer a situação psíquica de cada um para poder então desenvolver as atividades planejadas, não se trata de qualquer atividade, mas aquelas que realmente atende a cada uma das especificidades das pessoas, portanto, a necessidade de capacitação, do olhar mais proximal, clínico e diretivo às pessoas que se encontram nesse processo.

Nessa direção, convém esclarecer que a “necessária parceria de trabalho pedagógico para a educação inclusiva”, que os professores das classes regulares e especializados se situem como sujeitos constitutivos do processo. (Gomes et al., 2017, p. 5).

Ao que se percebem, alguns autores são parceiros nessa realidade, dentre eles Jesusque explicita:

Este apoio efetiva-se da seguinte maneira: a) apoio direto dentro da sala de aula – professores do laboratório pedagógico (professores de apoio; sala de recursos); pedagogos (coordenadores pedagógicos, etc.) partilham com os professores momentos do ato de ensinar, observando, intervindo, demonstrando, no sentido da transposição didática. b) Apoio direto no planejamento e acompanhamento regular da atividade docente em sala de aula, considerando o conjunto da turma e a presença de aluno (s) com necessidades especiais na turma, tanto pela especialista do laboratório, quanto da coordenação pedagógica. c) Sessões específicas de apoio/ orientação/ demonstração no estudo/ planejamento / avaliação/ acompanhamento de casos específicos que demandem um projeto educativo muito diferenciado. Via de regra conduzidos pelos especialistas do laboratório, com a presença da coordenação pedagógica (JESUS, 2012, p.12).

Um trabalho coletivo em que a articulação e harmonia devem ter toda uma sintonia para que esse trabalho possa ser efetivado e apresente bons resultados, sabe-se que resolver a situação não será possível, mas contribuir para o progresso de cada uma das pessoas faz-se necessário, afinal são pessoas que além da atenção merecem respeito, dignidade mais precisamente atenção. Todo o trabalho deve ser feito para atender essa objetividade e não fugir da mesma, caso contrário, o processo terá uma regressão e as pessoas que se encontram nessa situação poderão se afastar do mesmo e se excluir, bem como, a família da escola e de toda uma sociedade, provocando revoltas e isolamentos.

O que não se faz necessário pensar nessa situação, pois a cada dia há uma nova forma de trabalhar com essas pessoas para incluí-las no processo sócio educacional, o que se sabe que não é fácil, mas, acreditam-se que dará certo, profissionais todos os dias atuam na área são capacitados e transferem muitas vezes o que sabem a outros que necessitam desses conhecimentos para que juntos

possam realizar seus trabalhos e obterem bons resultados.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Trabalhar com pessoas com necessidades especiais, mais precisamente educacionais requer todo um preparo sobre os quais possam atender cada uma das especificidades encontrada e fazer com que o processo de adaptação e adequação aos conhecimentos seja mais fácil para uma dessas pessoas. O desenvolvimento no que se refere mais precisamente ao progresso de cada uma delas depende muito dos profissionais e das pessoas parceiras nessa caminhada, o que em muitos casos são vistos como apenas um trabalho e não é reconhecido profissionalmente, desvalorizando assim toda uma ação que a cada dia é refeita para mudança das práticas que objetiva atender cada uma das especificidades dessas pessoas.

O processo inicialmente começa pelo aspecto físico adaptado para atender cada uma das necessidades, desde as rampas aos banheiros e entre outros aspectos que vão sendo modificado diante das realidades e com base em aspectos legais. Com base na Lei nº 13.146, de 16 de julho de 2015. Art. 1º –

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O que complementa o Art. 3º no que diz respeito a acessibilidade e ainda Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

As condições de igualdade e o exercício de direito e de liberdade não são suficientes para o processo de inclusão, é preciso ainda, condições de acessibilidade, de condições, de produtos, ambientes, programas e serviços, contribuem e fortalece o desenvolvimento psíquico social das pessoas com necessidades especiais e ainda favorece a inclusão significativa nas escolas. Um trabalho árduo para ser desenvolvido, mas gratificante quando se tem resultados satisfatórios, ou mesmo quando esses resultados não chegam da forma que se esperam, mas um bom começo e uma tentativa foi feita para ajudar essas pessoas quanto a inclusão e ainda ajudam a conscientizar a sociedade, seja ela local, seja

ela escolar, mas algo foi feito para que os objetivos fossem alcançados.

O desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais não acontece por acaso quando se trata da inclusão, requer toda uma dinamicidade para sua realização, como se sabe, as leis são bases para que toda a ação aconteça e conscientize profissionais e familiares para a realização deste trabalho com a obtenção de bons resultados.

Para aprender, as pessoas com deficiência precisam ter um espaço e oportunidade primeiramente, para isso, os Municípios, Estados e União vêm realizando todo um trabalho no sentido de atender essas pessoas com parcerias entre Educação, Saúde e Assistência Social, Ainda com base na Lei anteriormente citada no Art. 39.

Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. § 1º A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do **caput** deste artigo, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de segurança fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

Com esses serviços, as práticas ocorrem mais aceleradamente de maneira a atender cada uma das pessoas especiais e familiares, o que não se pode esquecer a conscientização da sociedade que precisa conhecer e entender essa realidade, a partir dessa junção, os programas e projetos para inclusão começa acontecer e serem realizados satisfatoriamente.

2.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

Incluir socialmente umas pessoas significa torna-la participante da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, pelo Estado e pelo Poder Público. Isso implica reconhecer os portadores de deficiência como pessoas que por representarem necessidades educacionais especiais no sistema educacional.

Uma das principais dimensões do processo de inclusão é a inclusão educacional ou escolar que visa inserir todas as pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema educacional.

Alguns acordos internacionais foram de grande importância para que se iniciasse este processo de inclusão educacional em nosso país, que embora ande em passos lentos, já se faz parte no meio educacional. Dentre esses acordos destaca-se a Declaração Mundial de Educação para todos, resultado da conferência Mundial de Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e posteriormente, a Declaração de Salamanca, oriunda da conferência Mundial sobre necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade (UNESCO, 1994).

Declaração de Salamanca, entre todas as conferencias, foi a que mais

contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, que reconhecem as necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular.

Os especialistas ali reunidos elaboram um plano de ação cujo princípio norteador mostrava que escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais sociais, linguísticas e outras. A partir daí as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de alcançar com sucesso todas as crianças inclusive as que têm deficiência grave. Nessa perspectiva de adaptar a aprendizagem a cada criança a Declaração proclama que:

- ✓ Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- ✓ Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.
- ✓ Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- ✓ As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- ✓ As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

No Brasil, a Educação como um direito a todos os cidadãos foi estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (1988), e reafirmada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei número 9393/96, que destina o Capítulo V à Educação Especial. O artigo 58 da LDBEN define que a educação dos alunos com necessidades especiais e, principalmente das pessoas com deficiências, deve atuar como complemento da Educação Básica ou Superior, um instrumento a estar disponível quando necessário.

Além dessas outras leis também garantem os direitos das pessoas com deficiência como:

A Lei dos Direitos das pessoas portadoras de Deficiência- Lei nº 7853/1989.

O Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a lei 7853.

A Lei nº 10098/2000 sobre acessibilidade.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000).

Essas leis e decretos determinam que só extraordinariamente a educação das pessoas com necessidades especiais educativas deve acontecer em escolas especiais, e apenas para aqueles que necessitam de apoios entre os permanentes, que as escolas comuns não conseguem prover.

2.4 A ESCOLA INCLUSIVA – A ESCOLA QUE BUSCAMOS

A escola inclusiva é aquela que está apta a educar cada criança respeitando suas diferenças, que possui a flexibilidade de adequar seus métodos de acordo com as dificuldades e possibilidades de cada aluno, e não uma escola em que ou o aluno se adequa ou é excluído. É uma escola que se preocupa com a permanência de seus alunos, que busca criar situações de aprendizagem significativa para todos.

Cabe enfatizar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (PLETSCH e FONTES, 2016, p.12).

Mas a realidade das escolas brasileiras é bem diferente da “escola que queremos”, as leis o constroem nossas escolas a recebem todos os alunos, mas não dão a ela a estrutura necessária para receber a todos. Segundo Oliveira (2010 p.158):

O ambiente, com ou sem o conhecimento do educador, envia mensagem e o que aprende, responde a elas. A influência do meio através da interação possibilitada por seus elementos e continua e penetrante. As crianças e, os usuários do espaço são os verdadeiros protagonistas de uma aprendizagem na vivência ativa com outras pessoas e objetos, que possibilita descobertas pessoais num espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em pequenos grupos.

Quando qualquer criança portadora de deficiência ou não, tem o direito de desfrutar de espaços planejados para elas, onde possam explorar, construir conhecimentos com liberdade de ir e vir, com prazer, divertindo-se e aprendendo. O educador deve, por tanto, saber intervir quando necessário e também ter uma participação quando perceber o interesse da criança em tê-lo como parceiro nas brincadeiras, possibilitando momentos de interação, acesso a cultura, permitindo a criança viver sua própria infância

Pois incluir não é somente matricular todos os alunos portadores de deficiência em escolas comuns, e ignorar suas peculiaridades, mas é ter suporte necessário à sua ação pedagógica é contar com professores capacitados, estrutura física adequada, apoio pedagógico só assim os alunos serão respeitados e valorizados dentro de sua diversidade.

É importante destacar que as transformações exigidas pela inclusão escolar não são utópicas e que temos meios de efetua-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino (...) É certo que os alunos com deficiências constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabem que a maioria dos alunos que fracassam na escola são crianças que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTON, 2011, p 126).

O processo de inclusão, cujo alvo é tornar as escolas inclusivas, é desafiador tanto para a própria escola quanto para pais e educandos, mas é um processo que depois de muita luta estar correndo mesmo que timidamente, ele já é real em algumas escolas e aos poucos se tornam viável em outras.

Ainscow (2014) sugere que a inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos interrelacionados, a saber:

a) a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem;

b) a sua participação efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de 'estímulos' de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e

c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão.

A educação inclusiva nasceu e vem se fortalecendo dentro de um ensino regular sedento pela melhoria da qualidade da educação, o que requer a aplicabilidade do que estabelece as leis mencionadas e a criação e efetivação de políticas públicas em nível dos governos municipais, estaduais e federal.

Nesse sentido, concebe-se a inclusão como processo educacional através do qual "todos os estudantes incluindo os com deficiência, são educados juntos, com o apoio necessário na idade adequada em instituições de ensino regular na vizinhança de suas casas" (WERNECK, 2010, p. 58).

Conforme Carneiro (2006):

A escolarização de alunos com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (PAEE), junto com seus pares na escola comum é um imperativo já garantido legalmente. Sua efetivação requer mudanças na estrutura escolar para atender especificidades até então desconhecidas pela comunidade escolar. Essas mudanças vão desde alteração na estrutura física, passando por alteração no mobiliário, nos processos de gestão, nos recursos pedagógicos, instrumentais e alteração no trabalho docente. A abertura da escola para os alunos acima citados, não extingue suas particularidades, de forma que o oferecimento de atendimento especializado muitas vezes se faz necessário. (CARNEIRO, 2016).

Em concosonancia com Carneiro (2016), as principais dificuldades no processo de inclusão escolar do aluno "especial" são causadas pela ausência de um preparo mais teórico-técnico-metodológico que vise suprir as lacunas na formação inicial e em serviço, não somente do professor, mas de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar dos alunos.

As escolas devem se organizar buscar diminuir ou mesmo remover os empecilhos que impossibilitam a aprendizagem dos alunos portadores de deficiência, uma vez que estes carecem de apoio diferenciado dos que estão disponíveis comumente na educação escolar. É necessário refletir sobre duas formas de exclusão: a que impede os alunos com deficiência de frequentarem a escola comum e os obriga a ingressar em escolas especiais, privando-o de conviver com outras crianças, e a que "expulsar" as que ingressam porem não conseguem permanecer sendo justificada de que nessas escolas não existem condições humanas, físicas, financeira ou pedagógica de atendê-los.

Outra grande realidade são os alunos que apresentam distribuído de aprendizagem, mas não são deficientes, e que também são excluídos, rotulados e encaminhados para a educação especial, aos que podem ser referidos como referidos como deficientes circunstanciais. (MANTOAN, 2016)

Cada aluno possui suas particularidades, portadores de deficiência ou não, todos necessitam de alguns tipos de apoio aqui ou ali, em certas “fazes” da vida infantil até a juventude. Cabe aos professores e administradores da escola distinguirem claramente tais necessidades, para um melhor atendimento. Alguns professores reclamam e se sentem desprezados para lidar com dificuldades de aprendizagem, e com portadores de deficiência, pois embora nos cursos atuais de habilitação para formação de professores em sua grade curricular com disciplina direcionando à educação especial, isso ainda é muito pouco. Resta aos professores “acordar”, usar sua criatividade, modificar sua metodologia tornando suas aulas atrativas e contextualizadas. E uma das formas de fazer isso e respeitando o ser criança, através, por exemplo do uso de brincadeiras e jogos educativos.

MOYLES (2013, P. 57) Explica:

Devemos oferecer uma variedade de informações e situações e inovações dentro da sala de aula, que permitam diferentes oportunidades para diferentes crianças, e mais importante, temos que assegurar que cada criança tenha a oportunidade de explorar adequadamente um novo meio ou situação e isso significa explorar as experiências com palavras, assim como por meio do criativo do brincar ativo.

Constata-se assim que na escola que buscamos a “inclusiva” o brincar não pode ou pelo menos não deve ser excluído do currículo, pois funciona como um unificador, pois através de seu uso ou durante o brincar todos são iguais como ressalta Moyles (2012) que apresenta uma visão de brincar, relacionada mais aos aspectos educativos. A autora entende esta atividade como um processo que suas capacidades para interagir socialmente com outras crianças ou com os adultos.

Enfim, a inclusão escolar requer uma nova dimensão paradigmática de escola, verdadeiramente humanizadora, que valorize a diversidade e caminhe para transformar-se em uma instituição educacional genuinamente para todos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho para ter um melhor direcionamento deve seguir alguns passos mais precisamente no que diz respeito à forma de realização deste: a dinamicidade e toda estratégia que atenda aos objetivos propostos da pesquisa. Para atender todas essas questões e conhecimento do assunto fez-se uma pesquisa bibliográfica para melhor entender o assunto, seu contexto e realidade, o percurso realizado para chegar às análises. Os teóricos que contribuíram desses conhecimentos são: Oliveira (2012), Alves (2009), Jesus (2012).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

“As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2010 p. 44).” A importância da realização de uma pesquisa bibliográfica faz-se necessária, pois ela apresenta um maior número de informações e forma toda uma base de

conhecimentos que aprimora as teorias necessárias para construção de um trabalho científico.

Foram analisados os artigos completos, no idioma português, publicados no Brasil, entre os anos de 2009 a 2023, através da realização de buscas sistemáticas em banco de dados eletrônicos Google Acadêmico e SCIELO. Utilizar-se-á as seguintes palavras chaves: Educação inclusiva. Necessidades Educacionais – Especiais (NEE), políticas educacionais.

3.1 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa foram analisados alguns artigos sobre a implementação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva de acordo com a literatura pesquisada, ao analisar o artigo pode-se constatar que a todos os artigos foram ponderados primeiramente, por meio da leitura dos títulos e selecionados com base nos objetivos e pergunta norteadora desta revisão. Foi realizada a leitura dos resumos, e entre os estudos selecionados após este processo, serão lidos os artigos completos, e destes, escolhidos os estudos elegíveis para análise.

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação inclusiva já evoluiu muito na sociedade atual no decorrer dos últimos anos, é possível perceber que suas propostas são de grande valia para uma educação de qualidade dos alunos com necessidades educacionais especiais. Trata-se de uma tarefa difícil, sendo um desafio para toda escola. É necessário romper barreiras, para receber o novo, não é fácil. Também é preciso levar em conta que é fundamental um suporte de uma escola bem estruturada e preparada com profissionais capacitados e prontos para ajudar nesse processo.

Para que possa ter num futuro próximo escolas inclusivas precisamos garantir, de fato, a todas as crianças, particularmente àquelas com necessidades especiais, acesso e permanência centrada na organização dos espaços escolares que incluem e recebe a todos, que articula a convivência tolerante com as diferenças, liga-se nessa rede, onde no exercício do encontro humano, cada momento pode se tornar favorável ao aprendizado.

Finalmente espera-se que os resultados esperados desta pesquisa que o seja de forma suscitam através de discussão sobre o tema, voltado para as instituições escolares, famílias e que se tenha um novo olhar sobre a pesquisa e que possa entender que o processo não é tão fácil de ser direcionado, mas que acontece na medida do possível para atender as especificidades de cada uma das crianças especiais e que estão num espaço de inclusão educacional que aos poucos se adapta conforme a realidade escolar e com base no respeito aos aspectos legais que asseguram os direitos dessas crianças e dessa educação.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **O que significa inclusão?** 2004. Disponível em:. Acesso em: 20 out. 2014.

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: WAK editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CARNEIRO R. U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. 2006. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e **Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2016>>.

FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?**

Atualizado em: 29 de agosto de 2018. Disponível

em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>.

Acesso em: 02 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Claudia; CARDOSO, Cristiane dos Reis; LOZANO, Daniele; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra; LUCCA, Josiele Giovana de. Colaboração pedagógica na ação inclusiva nas escolas regulares. Rev. **Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, nº 104, 2017. Disponível

em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000200006. Acesso em: 02 setembro 2023.

JESUS, Denise Meyrelles. **Educação Inclusiva: construindo novos caminhos**. Relatório final de estágio de Pós-Doutorado - USP. Vitória: PPGE, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Educação inclusiva, In: 2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva** 2001. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anais 2013. P. 124 – 127.

MENDES, Enicéia G. Breve histórico da educação especial no Brasil. In: **Revista Educación y Pedagogia**, vol.22, núm.57, mayo-agosto, 2010.

MOYLES. Janet R. Só brincar? **O papel de brincar na educação infantil** / Janet. R. Moyles: Trad. Mª Adriana Veronese – Porto Alegre: Artemed Editora, 2013.

OLIVEIRA – Vera Barros de .**Oliveira. O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**, Petrópolis: Vozes. 2000.

PLETSCH, M. D; FONTES, R. de S. A inclusão escolar de alunos com necessidades

Especiais: diretrizes, práticas e resultados de uma experiência brasileira. **Revista Educar, Jalisco, México**, n. 37, p. 87-97, 2016.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, nº 1, 2014. Disponível em:

http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 2 setembro 2023.

SILVA, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. Disponível em: <<http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011>>.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.